Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017 7

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016 8

Demonstração do Valor Adicionado 9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 10

Balanço Patrimonial Passivo 11

Demonstração do Resultado 12

Demonstração do Resultado Abrangente 13

Demonstração do Fluxo de Caixa 14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017 15

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016 16

Demonstração do Valor Adicionado 17

Comentário do Desempenho 18

Notas Explicativas 19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 41

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	7.100
Preferenciais	0
Total	7.100
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	18.530	18.530
1.01	Ativo Circulante	4	4
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	3	3
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3	3
1.02	Ativo Não Circulante	18.526	18.526
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	18.526	18.526
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	18.526	18.526
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	18.526	18.526

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	18.530	18.530
2.01	Passivo Circulante	630	628
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	188	188
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	188	188
2.01.01.02.01	Salários a Pagar e Provisões	188	188
2.01.02	Fornecedores	277	277
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	277	277
2.01.03	Obrigações Fiscais	165	163
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	165	163
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições	165	163
2.02	Passivo Não Circulante	288.682	285.231
2.02.02	Outras Obrigações	16.249	15.736
2.02.02.02	Outros	16.249	15.736
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	315	314
2.02.02.02.04	Partes Relacionaidas	15.934	15.422
2.02.04	Provisões	272.433	269.495
2.02.04.02	Outras Provisões	272.433	269.495
2.02.04.02.04	Provisão para Perda de Investimentos	272.433	269.495
2.03	Patrimônio Líquido	-270.782	-267.329
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-434.436	-431.197
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	41.872	42.086
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.041	56
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-103	-143
3.04.02.01	De Administração	-103	-143
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.938	199
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.041	56
3.06	Resultado Financeiro	-412	-296
3.06.01	Receitas Financeiras	0	2
3.06.02	Despesas Financeiras	-412	-298
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.453	-240
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.453	-240
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-3.453	-240
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00048	-0,00034
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00048	-0,00034

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-3.453	-240
4.03	Resultado Abrangente do Período	-3.453	-240

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-512	-1.481
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-515	-439
6.01.01.01	Resultado Liquido do Exercício	-3.453	-240
6.01.01.02	Resultado de Equivalencia Patrimonial	2.938	-199
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3	-1.042
6.01.02.01	Variação de Fornecedores	0	18
6.01.02.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3	-35
6.01.02.04	Variação Depósitos Judiciais	0	-1
6.01.02.05	Variação de Salários a Pagar	0	1
6.01.02.06	Variação Outras Contas a Pagar	0	-1.025
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	512	1.481
6.03.02	Variação em Partes Relacionadas	512	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1	1
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1	1

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.453	0	-3.453
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-3.453	0	-3.453
5.05.02.06	Prejuizo Liquido exercicio	0	0	0	-3.453	0	-3.453
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-214	214	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-214	214	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.538	-434.436	-1.992	-270.782

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-240	0	-240
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-240	0	-240
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-240	0	-240
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	395	-395	0	0
5.06.05	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	395	-395	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	49.159	-421.524	-1.992	-254.249

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-48	-102
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-48	-102
7.03	Valor Adicionado Bruto	-48	-102
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-48	-102
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-2.938	201
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.938	199
7.06.02	Receitas Financeiras	0	2
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-2.986	99
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-2.986	99
7.08.01	Pessoal	56	37
7.08.01.01	Remuneração Direta	56	32
7.08.01.02	Benefícios	0	5
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	7
7.08.02.01	Federais	0	7
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	411	295
7.08.03.01	Juros	406	291
7.08.03.03	Outras	5	4
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.453	-240
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.453	-240

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	210.842	208.152
1.01	Ativo Circulante	31.810	27.435
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	744	612
1.01.03	Contas a Receber	22.364	17.717
1.01.03.01	Clientes	19.491	14.778
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.873	2.939
1.01.04	Estoques	5.768	5.897
1.01.04.01	Estoques	5.721	5.850
1.01.04.02	Adiantamento a Fornecedores	47	47
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.934	3.209
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.934	3.209
1.02	Ativo Não Circulante	179.032	180.717
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	54.552	55.777
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	12.752	12.752
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	12.752	12.752
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	41.800	43.025
1.02.01.09.03	Impostos a Recuperar	34.562	34.588
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	3.548	3.261
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	3.690	5.176
1.02.02	Investimentos	16.761	16.761
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	16.761	16.761
1.02.03	Imobilizado	107.416	107.889
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	107.416	107.889
1.02.04	Intangível	303	290
1.02.04.01	Intangíveis	303	290

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	210.842	208.152
2.01	Passivo Circulante	379.521	372.014
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.158	10.221
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	11.158	10.221
2.01.02	Fornecedores	6.974	7.668
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.974	7.668
2.01.02.01.01	Fornecedores	6.974	7.668
2.01.03	Obrigações Fiscais	356.105	350.528
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	214	229
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	214	229
2.01.05	Outras Obrigações	5.070	3.368
2.01.05.02	Outros	5.070	3.368
2.01.05.02.04	Adiantamento de Clientes	2.531	1.943
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	975	925
2.01.05.02.08	Faturamento Antecipado	1.564	500
2.02	Passivo Não Circulante	102.378	103.738
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.854	2.016
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.854	2.016
2.02.02	Outras Obrigações	59.690	60.002
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	29.127	29.510
2.02.02.02	Outros	30.563	30.492
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	29.520	29.449
2.02.02.02.06	Outras Contas a Pagar	1.043	1.043
2.02.03	Tributos Diferidos	16.973	17.083
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.973	17.083
2.02.04	Provisões	23.861	24.637
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	23.861	24.637
2.02.04.01.05	Provisões para Contingencias	23.861	24.637
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-271.057	-267.600
2.03.01	Capital Social Realizado	120.108	120.108
2.03.03	Reservas de Reavaliação	3.666	3.666
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-434.436	-431.197
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	41.872	42.086
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.992	-1.992
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-275	-271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	47.779	51.528
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-39.436	-39.678
3.03	Resultado Bruto	8.343	11.850
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.098	-2.768
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.686	-2.198
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.791	-1.314
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	350	2.666
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-971	-1.922
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	4.245	9.082
3.06	Resultado Financeiro	-7.701	-9.322
3.06.01	Receitas Financeiras	37	37
3.06.02	Despesas Financeiras	-7.738	-9.359
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.456	-240
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-3.456	-240
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-3.456	-240
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.456	-240
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00048	-0,00034
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,00048	-0,00034

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-3.453	-240
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-3.453	-240
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-3.453	-240

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.781	7.149
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.909	10.631
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-3.453	-240
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	1.513	1.754
6.01.01.03	Provisão (Reversão) para Contigências	0	1.238
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	-1	57
6.01.01.06	Participação de Minoritários	-3	0
6.01.01.07	Encargos Financeiros s/ Empréstimos	0	101
6.01.01.09	Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	35	2.592
6.01.01.11	Provisão (Reversão) de Impostos Diferidos	0	-204
6.01.01.12	Atualização de Passivos Tributários	0	5.333
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.690	-3.482
6.01.02.01	Clientes	-4.712	-2.275
6.01.02.02	Estoques	129	-573
6.01.02.03	Adiantamento a Fornecedores	0	-591
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	301	470
6.01.02.05	Outras Contas a Receber	1.552	2.020
6.01.02.06	Faturamento antecipado	1.064	1.332
6.01.02.08	Depósitos Judiciais	-287	207
6.01.02.09	Fornecedores	-694	235
6.01.02.11	Impostos, Taxas e Contribuições	5.538	1.635
6.01.02.12	Salários a Pagar e Provisões	937	280
6.01.02.13	Adiantamento de Clientes	588	-2.037
6.01.02.15	Provisão p/ Contigências	-776	-2.083
6.01.02.16	Outras Contas a Pagar	50	-2.102
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.090	-4.657
6.02.01	Variação de Ativo Imobilizado	-1.068	-4.655
6.02.02	Variação de Ativo Intangível	-22	0
6.02.03	Variação de Ativo Propriedade para Investimento	0	-2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-560	-2.341
6.03.03	Pgto Empréstimos e Financiamentos	0	-306
6.03.05	Partes Relacionadas	-383	-2.035
6.03.07	Variação emprestimos e financiamentos	-177	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	131	151
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	613	274
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	744	425

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329	-271	-267.600
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	45.752	-431.197	-1.992	-267.329	-271	-267.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-3.453	0	-3.453	-3	-3.456
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-214	214	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	-214	214	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	45.538	-434.436	-1.992	-270.782	-274	-271.056

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009	-259	-254.268
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	120.108	0	48.764	-420.889	-1.992	-254.009	-259	-254.268
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-240	0	-240	0	-240
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-240	0	-240	0	-240
5.05.02.06	Prejuízo Líquido do Exercício	0	0	0	-240	0	-240	0	-240
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	395	-395	0	0	0	0
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	395	-395	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	120.108	0	49.159	-421.524	-1.992	-254.249	-259	-254.508

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	48.015	55.043
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	47.682	54.657
7.01.02	Outras Receitas	332	443
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	1	-57
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.321	-24.233
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.139	-10.097
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.182	-14.136
7.03	Valor Adicionado Bruto	27.694	30.810
7.04	Retenções	-1.516	-1.755
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.516	-1.755
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	26.178	29.055
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-52	2.136
7.06.02	Receitas Financeiras	37	37
7.06.03	Outros	-89	2.099
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	26.126	31.191
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	26.126	31.191
7.08.01	Pessoal	18.775	19.238
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.203	15.266
7.08.01.02	Benefícios	2.334	2.719
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.238	1.253
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.814	2.607
7.08.02.01	Federais	1.949	2.034
7.08.02.02	Estaduais	865	573
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	7.993	9.586
7.08.03.01	Juros	7.624	9.228
7.08.03.03	Outras	369	358
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-3.456	-240
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-3.456	-240

Comentário do Desempenho

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

Companhia Aberta
CNPJ 90.076.886/0001-40 - NIRE 43300031161

COMENTARIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO DO TRIMESTRE

RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA CONSOLIDADA

A Companhia, através de sua Controlada Indireta Companhia Minuano de Alimentos, obteve receita líquida de R$ 47,77 milhões no 1T2017 e de R$ 51,5 milhões no 1T2016. A redução em torno de 8 % na receita liquida da Companhia está relacionada diretamente com a divulgação de Fato Relevante que tratou da suspensão das atividades, em maio/2016, da unidade de abates de aves da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, localizada na cidade de Passo Fundo, RS.

Para efeitos de comparação, esta unidade produtiva, ainda ativa no 1T2016, obteve um faturamento de R$ 6,4 milhões no período, representando em percentual 12,6 % em relação ao total faturado no período.

DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS CONSOLIDADAS

No 1T2017 as despesas com vendas totalizaram R$ 1,68 milhões, sendo que no 1T2016 ficou em R$ 2,2 milhões, equivalentes a 4,6% e 3,7% respectivamente da receita operacional liquida.

As despesas gerais e administrativas no 1T2017 totalizaram R$ 1,8 milhões, sendo de R$ 1,3 milhões no 1T2016. Houve um pequeno aumento, apesar dos esforços da Companhia no constante monitoramento de gastos e otimização da estrutura administrativa.

LUCRO BRUTO (-) DESPESAS DE VENDAS E ADMINISTRATIVAS

O resultado operacional do trimestre, representado pelo Lucro Bruto deduzido das despesas de vendas e administrativas consolidadas da Minupar totalizou R$ 4,8 no 1T2017, equivalente a 11% da receita operacional liquida. No mesmo período em 2016 alcançou R$ 8,4 milhões, equivalente a 16,3 % da receita operacional liquida.

EBITDA

O Ebitda consolidado da Minupar no 1T2017 foi de R$ 6,4 milhões, enquanto que no 1T2016 foi de R$ 10,1 milhões, representando 14,0 % e 19,6 % respectivamente, da receita liquida de vendas.

MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2017
(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Minupar Participações S/A. "Companhia" tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos (Minuano).

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos relacionados às atividades frigoríficas, produção de produtos industrializados à base de carnes, também atuando na prestação de serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves. A comercialização dos produtos com a marca "Minu" ocorre principalmente nos Estados da região sul do Brasil além de exportar para países localizados na África, Leste Europeu, América Central e Ásia.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis trimestrais Individuais e Consolidadas do período de 31 de março de 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração autorizou, em 28 de abril de 2017, a conclusão e divulgação das demonstrações contábeis referentes ao primeiro trimestre de 2017.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Declaração de Conformidade

3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais, entre as empresas consolidadas, foram eliminados no processo de consolidação.

3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

3.3 Estimativas Contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

3.4 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda

funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

3.5 Caixa e Equivalentes de Caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

3.6 Clientes

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. No período os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

3.7 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

3.8 Impostos a Recuperar

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

3.9 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.10 Investimentos

3.10.1 Participações Societárias

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

3.10.2 Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e obras cíveis para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital. Os bens classificados como propriedade para investimento estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável.

As receitas de aluguel, geradas pela propriedade para investimento, são reconhecidas no resultado, dentro de cada competência. Os resultados positivos ou negativos na venda de um item registrado em propriedades para investimento são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado.

3.11 Imobilizado

De acordo com a Deliberação CVM n° 583/09, a controlada Companhia Minuano de Alimentos estabeleceu adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A controlada deverá efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, as taxas que variam de 2,50% a.a. a 33,33% a.a. de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.12 Intangível

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM n° 644/10.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.14 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

3.15 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

3.16 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos

Quando aplicável, os ativos de longo prazo e os passivos não circulantes são ajustados ao seu valor presente e os circulantes, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com a Deliberação CVM n° 564/08.

3.17 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação. Conforme determina a Deliberação CVM nº 599/09, a controlada Indireta não

efetuou registro dos tributos diferidos, visto que a administração da controlada julga que não haverá lucros tributáveis futuros em prazo inferior a cinco anos contra os quais os créditos fiscais pudessem ser utilizados. Outrossim, tais créditos fiscais permanecem controlados na Parte "B" dos Livros Fiscais sendo que os mesmos não possuem prazo prescricional.

3.18 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado

A receita é reconhecida:
(a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
(b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
(c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	31/03/2017			31/03/2016		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Receita bruta de produtos e serviços	**39.402**	**8.377**	**47.779**	**45.318**	**9.590**	**54.908**
(-) Impostos	(2.138)	-	(2.138)	(3.129)	-	(3.129)
(-) Devoluções	(96)	-	(96)	(238)	(13)	(251)
Receita líquida de produtos e serviços	**37.168**	**8.377**	**45.545**	**41.951**	**9.577**	**51.528**

3.19 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

3.20 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "*Impairment*" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda.

3.21 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas na Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Caixa	8	-	-	6
Bancos - conta corrente	736	1	1	606
Total	**744**	**1**	**1**	**612**

NOTA 05 - CLIENTES – CONSOLIDADO

	31/03/2017	31/12/2016
Mercado interno	14.868	12.225
Mercado externo	5.197	3.128
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(574)	(575)
Subtotal	**19.491**	**14.778**
(-) Faturamentos antecipados	(1.564)	(500)
(-) Adiantamentos de clientes	(2.531)	(1.943)
Clientes a receber, líquido.	**15.396**	**12.335**

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de faturamento antecipado foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

NOTA 06 – ESTOQUES - CONSOLIDADO

	31/03/2017	31/12/2016
Produtos prontos	1.002	873
Matérias primas	970	1.555
Materiais de embalagem	1.007	1.024
Materiais de manutenção	1.944	1.894
Subtotal	**4.923**	**5.346**
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	797	504
Total	**5.721**	**5.850**

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos acima encerrados o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR – CONSOLIDADO

Circulante	31/03/2017	31/12/2016
IRRF a recuperar	2	2
IRPJ a recuperar	688	687
CSLL a recuperar	251	250
PIS e COFINS a recuperar	140	308
ICMS a recuperar	1.544	1.647
ICMS a recuperar - Imobilizado	108	110
Crédito de Exportação (Reintegra)	202	202
Total	**2.935**	**3.206**

Não Circulante	Ref.	31/03/2017	31/12/2016
Crédito Prêmio IPI s/ Exportações	a)	34.369	34.369
ICMS a Recuperar - Imobilizado		193	219
Total		**34.562**	**34.588**

a) Crédito Prêmio IPI – Controlada Indireta

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17.

NOTA 08 - INVESTIMENTOS

a) Participações Societárias - Individual

Em 31/03/2017 a Companhia é controladora direta das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% participação direta	99,99%	99,99%	
Saldo do investimento em 31/12/2016	**-**	**-**	**-**
- Reversão Provisão para Perdas	(197.804)	(71.691)	**(269.495)**
+/- Equivalência Patrimonial	(2.155)	(783)	**(2.938)**
+ Partic. Reflexa em Avaliação de Prop. p/Investimento de Controlada	-	-	**-**
+ Provisão para Perdas	(199.959)	(72.474)	(272.433)
Saldo do investimento em 31/03/2017	**-**	**-**	**-**

b) Propriedades para investimento - Consolidado

	31/03/2017			31/12/2016
Grupos	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	6.640	-	6.640	6.640
Prédios	17.025	(6.904)	10.121	10.121
Total	**23.665**	**(6.904)**	**16.761**	**16.761**

A movimentação das propriedades para investimento está demonstrada na nota explicativa do imobilizado e intangível.

NOTA 09 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possui os seguintes saldos de imobilizado e intangível:

Grupos	Taxa Depreciação % a.a.	31/03/2017			31/12/2016
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	16.694	-	16.694	16.694
Prédios	2,50%	57.967	(445)	57.522	57.193
Maquinas e equipamentos	5,00% - 6,67%	29.546	(920)	28.626	28.899
Moveis e utensílios	8,33%	1.875	(97)	1.778	1.817
Computadores e periféricos	33,33%	469	(30)	439	464
Veículos	20,00%	100	(11)	89	100
Imobilizações em andamento	-	2.263	-	2.263	2.715
Outros	-	4	-	4	3
Subtotal imobilizado		**108.918**	**(1.503)**	**107.415**	**107.885**
Intangível		312	(10)	302	290
Total		**109.230**	**(1.513)**	**107.717**	**108.175**

A movimentação dos ativos propriedade para investimentos, imobilizado e intangível apresentam-se da seguinte forma:

Grupos	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciações	Saldo em 31/03/2017
Terrenos	16.694	-	-	-	-	16.694
Prédios	57.193	388	-	386	(445)	57.552
Maquinas e equipamentos	28.899	422	(31)	256	(920)	28.626
Moveis e utensílios	1.817	62	(4)	-	(97)	1.778
Computadores e periféricos	464	5	-	-	(30)	439
Veículos	100	-	-	-	(11)	89
Imobilizações em andamento	2.715	190	-	(642)	-	2.263
Outros	3	1	-	-	-	4
Subtotal imobilizado	**107.885**	**1.068**	**(35)**	**-**	**(1.503)**	**107.415**
Intangível	290	22	-	-	(10)	302
Subtotal intangível	**290**	**22**	**-**	**-**	**(10)**	**302**
Propriedade para Investimento	16.761	-	-	-	-	16.761
Subtotal Prop. para Investimento	**16.761**	**-**	**-**	**-**	**-**	**16.761**
Total	**124.936**	**1.090**	**(35)**	**-**	**(1.513)**	**124.478**

A depreciação/amortização foi distribuída nas seguintes contas:

	31/03/2017	31/03/2016
Custo dos produtos e serviços vendidos	1.441	1.696
Despesas administrativas	73	58
Despesas com vendas	2	2

Total	**1.516**	**1.756**

NOTA 10 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO

				31/03/2017	
Descrição	**Refer.**	**Encargos**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não Circulante**
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	174	1.564
Banrisul – Consórcio		-	-	39	290
Banrisul – Limite de Créd.				1	-
Totais				**214**	**1.854**

				31/12/2016	
Descrição	**Refer.**	**Encargos**	**Vencimento**	**Circulante**	**Não Circulante**
Acordo Banco do Brasil	a)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	186	1.676
Banrisul – Consórcio		-	-	37	280
Banrisul – Limite de Créd.		-	-	1	-
Totais				**268**	**2.192**

Legenda:

a) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.0008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0.

NOTA 11 - FORNECEDORES – CONSOLIDADO

	31/03/2017	31/12/2016
Fornecedores Nacionais	6.974	7.668
Total	**6.974**	**7.668**

Conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, a partir de 2015 a administração da Companhia suspendeu o reconhecimento do Ajuste a Valor Presente pelo fato dos fornecedores tratarem-se de operações passivas de curto prazo sobre as quais o Ajuste a Valor Presente não produz efeito relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis.

NOTA 12 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
Provisões de férias e 13º salário	-	-	7.772	6.974
Salários / Pró-labore a pagar	188	188	1.985	2.263
Rescisões a pagar	-	-	32	26
Outras obrigações a pagar	-	-	1.368	957
Total	**188**	**188**	**11.157**	**10.220**

NOTA 13 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES – CONSOLIDADO

	31/03/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ICMS a recolher	1.497	-	1.485	-
Impostos retidos sobre serviços	597	-	488	-
IRRF a recolher	1.832	-	1.846	-
IRPJ/CSLL a recolher	112.992	-	112.013	-
FGTS a recolher	362	-	554	-
INSS a recolher	192.320	-	187.494	-
PIS e COFINS a recolher	39.333	-	38.981	-
Funrural a recolher	81	-	80	-
Outros Impostos a Recolher	823	-	815	-
Outras contribuições s/ folha de pagamento	1.329	-	1.307	-
Subtotal	**351.166**	**-**	**345.063**	**-**
Parcelamento Lei 11.941/2009	108	56	108	55
Parcelamento Lei 12.996/2014	1.694	19.879	1.661	19.847
ICMS - SP	835	914	861	945
ICMS – SC	1.330	841	1.305	1.153
Parcelamento IOF	-	171	-	181
FGTS	605	7.204	599	7.269
SESI/SENAI	367	-	479	-
INSS	-	-	-	-
Subtotal	**4.939**	**29.065**	**5.013**	**29.450**
Total	**356.105**	**29.065**	**350.076**	**29.450**

NOTA 14 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO

	Circulante		Não Circulante	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/12/2016
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334	12.480	12.561
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120	4.493	4.522
Total	**454**	**454**	**16.973**	**17.083**

NOTA 15 - PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores da Companhia, de suas controladas diretas e de sua controlada indireta foram fixadas em AGO's realizadas em 11 de abril de 2017 da seguinte forma: a) Minupar – em até R$ 250 mil; b) Sulaves – em até R$ 250; c) Valepar – em até R$ 250, e; d) Minuano – em até R$ 1.100 mil. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (INSS e IRRF) aberto por controladora e consolidado, percebido durante 2017.

	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	37	37
Diretoria Executiva	8	120

b) Operações de mútuo - Consolidado

Ativo Não Circulante	31/03/2017	31/12/2016
Agostinho Carrer Partic. Ltda.	12.752	12.752
Total	**12.752**	**12.752**

Passivo Não Circulante	31/03/2017	31/12/2016
Serra do Roncador Part. Ltda.	23.514	24.232
Acionistas e Outros	5.613	5.279
Total	**29.127**	**29.511**

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas possuem prazos e juros estipulados para recebimento e liquidação.

NOTA 16 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis e trabalhistas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. No período se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para contingência				Depósitos Judiciais			
Saldo em	Trabalhista	Cível	Tributária	Total	Trabalhista	Cível	Tributária	Total
31/12/2016	**11.113**	**13.243**	**281**	**24.637**	**2.069**	**1.192**	**-**	**3.261**
Movimentação (Adições-Baixas)	(94)	(682)	-	(776)	146	141	-	**287**
31/03/2017	**11.019**	**12.561**	**281**	**23.861**	**2.215**	**1.333**	**-**	**3.548**

NOTA 17 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO - CONSOLIDADO

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal que limitou em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006. Tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STF, está amparado em decisão judicial definitiva nos autos da ação ordinária nº. 87.0001354-4, que não admite mais a interposição de ação rescisória. Desta forma, o saldo de R$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com a utilização de crédito apurado após 05 de outubro de 1990, em dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela MP 470, e o parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso e, consequentemente, não reconheceu o direito ao crédito à Controlada, sob o entendimento de não haver documentação comprobatória das exportações, que se traduziriam pelas notas fiscais da época. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº. 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob o nº. 0064091.31.2014.4.01.3400.

NOTA 18 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009, 2010 e 2013 na MP 470/2009 e nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/2009 e 12.996/2014, bem como a quitação antecipada de alguns parcelamentos existentes com base na Lei nº 13.043/2014, contudo em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos foi formalmente excluída do parcelamento da Lei 11.941/2009, por inadimplência. Com a adesão à MP 470/2009 a controlada Companhia Minuano reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 05 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento integral do referido crédito, no exercício de 2006, a controlada o ofereceu à tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito. Tal compensação não foi reconhecida pelo Fisco sendo que os referidos débitos são objeto de cobrança. Em momento oportuno, a Controlada estará levando a discussão esse tema, visto que boa parte do valor que originou o referido débito no ano de 2006, foi reformulado mediante a decisão do STF em limitar em 05 de outubro de 1990 o direito ao Crédito Prêmio IPI – Exportação.

a) Medida Provisória nº 470/2009

A controlada, Companhia Minuano de Alimentos, formalizou em 30 de novembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2009. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de "principal" dos tributos, com benefícios de redução de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante liquidado com créditos tributários de IRPJ e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R$ 61 milhões. Em 30 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil indicou inconsistências nos saldos de prejuízos fiscais apresentados pela controlada. Tais alegações de inconsistências foram objeto de Ação Administrativa protocolada em 29 de novembro de 2012. No quadro abaixo, segue a apresentação dos saldos decorrentes deste parcelamento à época.

MP 470/2009	
Passivo tributário objeto da MP 470/2009	61.896
(-) Reduções da MP 470/2009	(24.213)

(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
Total	**-**

Contudo, conforme assessoria jurídica da controlada indireta, há uma probabilidade possível de exclusão de valores do parcelamento no montante de R$ 35.279 mil. O referido montante está incluso no montante de causas possíveis quantificados e apresentado na Nota Explicativa nº 16.

b) Lei nº 11.941/2009

A Companhia e sua controlada indireta formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Lei nº 11.941/2009, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e sua controlada tiveram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, efetuada pela Receita Federal, entretanto a Controlada foi formalmente excluída desse parcelamento em Janeiro/2013 por inadimplência e os impactos dessa exclusão foram devidamente registrados em seu Passivo à época.

c) Lei nº 12.996/2014

Em 25 de agosto de 2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram, com parte de seus passivos tributários federais, ao Programa de Parcelamento oriundo da Lei n° 12.996/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB Nº 14/2014, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados no momento da adesão.

Como consequência do referido parcelamento, a Companhia e sua controlada indireta liquidaram valores correspondentes a multas de mora, de ofício e isoladas e a juros de mora, remanescentes após as reduções legais, com a utilização de créditos fiscais decorrentes de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social, contudo a validação destas liquidações por parte da Receita Federal do Brasil – RFB e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, ocorrerá no momento da consolidação da dívida. Para fins de adesão ao referido parcelamento, as Empresas efetuaram o recolhimento mensal da antecipação com base nos percentuais determinados pelos referidos normativos, sendo estas acrescidas de juros correspondentes à variação mensal da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

Apresentamos no quadro abaixo o resumo da adesão ao parcelamento:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	**497**	**76.297**	**76.794**
(-) Reduções da Lei 12.996/2014	(138)	(23.310)	(23.448)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(91)	(25.087)	(25.178)
(=) Total líquido do passivo tributário aderido	**268**	**27.900**	**28.168**

Em 30 de julho de 2015, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.064/15, os procedimentos para consolidação da modalidade de Demais Débitos administrados pela PGFN e/ou pela RFB. Neste sentido, em agosto de 2015 a controladora e sua controlada indireta formalizaram os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo.

Em 12 de abril de 2016, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional conjuntamente com a Receita Federal do Brasil, divulgaram, através da Portaria conjunta PGFN/RFB nº 550/16, e suas alterações, os procedimentos para consolidação da modalidade Previdenciária, relativa às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, às contribuições instituídas a título de substituição e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos. Neste sentido, em julho de 2016 a controlada indireta formalizou os procedimentos necessários ao atendimento do referido normativo, sendo que a controladora não possuía débitos a serem consolidados na referida modalidade.

No caso da Companhia Minuano, com relação a modalidade de Demais Débitos administrados pela PGFN e/ou RFB, além dos débitos que já haviam sido inclusos na adesão ocorrida em 2014, no momento da consolidação houve o incremento de R$ 3.021 mil. Com relação aos valores da modalidade previdenciária administrada pela PGFN e/ou RFB, não houve incremento de novos débitos além dos informados no momento da adesão ocorrida em 2014.

d) Lei nº 13.043/2014

Em novembro/2014, a Companhia e sua controlada indireta aderiram a quitação antecipada de parcelamentos previdenciários conforme previsto no art. 33 da MP 651/2014, convertida na Lei nº 13.043/2014.

Com esta adesão, as empresas quitaram antecipadamente alguns parcelamentos previdenciários através do pagamento de 30% do saldo existente na data da adesão, bem como com a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL para quitação do saldo remanescente, após o referido pagamento, na mesma data, conforme resumo a seguir:

Descrição	Controladora	Controlada	Consolidado
Passivo tributário parcelado	**152**	**507**	**659**
(-) Pagamentos da Lei 13.043/2014	(46)	(152)	**(198)**
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(106)	(355)	**(461)**
(=) Total	**-**	**-**	**-**

NOTA 19 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia ao final do período é de R$ 120.108 mil representado por 7.100.100 mil (sete milhões, cem mil e cem) ações ordinárias.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia possui registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida nas propriedades para investimento e no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

c) Reserva Legal

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

d) Dividendos

Quando aplicável e de acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

e) Outros resultados abrangentes

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas.

NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS – CONSOLIDADO

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Incêndio, Raio e Explosão	43.884	43.884
Perda ou Pagamento de Aluguel	200	200
Tumultos, Greves e Lock-Out	3.000	3.000
Vendaval e Granizo	7.800	7.800
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	6.780	6.780
Alagamentos e Inundação	1.160	1.160
Lucros Cessantes	20.312	20.312
Estoques	1.000	1.000
Recomposição de Documentos	4	4

No que se refere à cobertura de estoques, a mesma prevê como critério de indenização para mercadorias e matéria prima o valor de venda ou de produção, limitado ao que for menor.

NOTA 21 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

A administração desses instrumentos é efetuada, pela controlada indireta, por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

a) Risco de Crédito: É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato da Companhia possuir políticas de análise e revisão periódica de cadastro para liberação de crédito. Em caso de inadimplemento a Companhia possui políticas de cobrança de clientes;

b) Risco de Preço: Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e se essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e

nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

c) Risco de Taxas de Câmbio: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 18% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção *(hedge)* de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

d) Risco de Taxas de Juros: Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possuem instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em suas demonstrações.

NOTA 22 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO

	31/03/2017		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	6.299	-	-
Materiais de embalagem	1.237	-	-
Salários incorridos	11.967	113	589
Encargos sociais incorridos	2.982	34	163
Férias e 13º salário incorridos	2.312	19	95
Benefícios a empregados	2.245	13	76
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	109	-	-
Equipamento de proteção individual	341	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	1.233	107	483
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	2.409	-	12
Energia elétrica	3.029	-	21
Materiais de limpeza	49	-	5
Telefonia e transmissão de dados	11	17	22
Combustíveis e lubrificantes	369	4	6
Comissões sobre vendas	-	45	-
Viagens e estadias	1	4	18
Taxas e encargos legais	237	-	33
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	2	-
Fretes rodoviários e marítimos	124	856	-
Custos aduaneiros de exportação	-	328	-
Publicidade e propaganda	-	38	3
Análises laboratoriais	174	44	-
Provisões para contingências/PCLD	-	-	-
Depreciações	1.441	2	73
Locações/Aluguéis	363	-	6
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	35	-

Seguros	10	2	9
Outros gastos	260	23	175
Total	**37.202**	**1.686**	**1.791**

	31/03/2016		
	Custo dos Produtos Vendidos	**Despesas com Vendas**	**Despesas Administrativas**
Matérias primas e Auxiliares de fabricação	5.706	-	-
Materiais de embalagem	1.336	-	-
Salários incorridos	11.688	196	671
Encargos sociais incorridos	3.054	40	177
Férias e 13º salário incorridos	2.434	39	103
Benefícios a empregados	2.648	17	49
Indenizações trabalhistas/Acordos judiciais	127	-	-
Equipamento de proteção individual	406	-	-
Serviços 3º/ Industrialização 3º	2.777	149	291
Manutenção Industrial/Predial/Elétrica	1.866	8	22
Energia elétrica	4.729	-	22
Materiais de limpeza	83	-	5
Telefonia e transmissão de dados	26	18	16
Combustíveis e lubrificantes	519	37	5
Comissões sobre vendas	-	90	-
Viagens e estadias	9	15	13
Taxas e encargos legais	1	-	56
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	4	-
Fretes rodoviários e marítimos	48	906	1
Custos aduaneiros de exportação	-	282	-
Publicidade e propaganda	-	166	27
Análises laboratoriais	162	49	-
Provisões para contingências/PCLD	-	55	-
Depreciações	1.696	2	58
Locações/Aluguéis	354	-	3
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	80	-
Seguros	10	2	23
Outros gastos	(1)	43	(228)
Total	**39.678**	**2.198**	**1.314**

NOTA 23 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO

	31/03/2017	**31/03/2016**
Encargos incorridos em passivos fiscais	(18)	(18)
Despesas gerais incorridas	(178)	(649)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(34)	-
Provisão para Contingências	(426)	(1.238)

Reversão de Créditos Tributários	(314)	(17)
Outras Despesas Operacionais	**(970)**	**(1.922)**
Créditos tributários	193	306
Receitas gerais auferidas	155	2.338
Receita de venda de imobilizado	3	22
Recuperação de Despesa	-	-
Outras Receitas Operacionais	**351**	**2.666**
Resultado líquido	**(619)**	**744**

NOTA 24 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO

	31/03/2017	31/03/2016
Descontos financeiros obtidos	27	25
Outras receitas financeiras	10	12
Receitas financeiras	**37**	**37**
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(62)	(101)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(31)	(27)
Variações Cambiais Passivas	(107)	(123)
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(29)	(3)
Descontos financeiros concedidos	(16)	(72)
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	-	(1)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(1.820)	(2.203)
Despesas decorrentes de obrigações fiscais	(5.239)	(6.453)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(433)	(288)
Outras despesas financeiras	(1)	(88)
Despesas Financeiras	**(7.738)**	**(9.359)**
Resultado financeiro líquido	**(7.701)**	**(9.322)**

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO

A companhia, através de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, atua em dois segmentos distintos, a saber:

a) Industrializados: Estão apresentados neste segmento, os resultados da industrialização e comercialização de industrializados de carne;

b) Frigorífico – Abate e Processamento de Aves: Neste segmento são apresentados os resultados decorrentes das atividades frigoríficas resultantes do abate e desossa de aves.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados consolidados por segmento de atuação:

	Industrializados		Frigorífico - Abate e Processamento de Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		To
	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2016	31/03/2017
BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	**14.241**	**17.603**	**33.538**	**37.305**	**-**	**-**	**47.779**
e devoluções	(1.695)	(2.892)	(539)	(488)	-	-	(2.234)
LÍQUIDA	**12.546**	**14.711**	**32.999**	**36.817**	**-**	**-**	**45.545**
los produtos e serviços vendidos	(10.799)	(10.970)	(26.403)	(28.708)	-	-	(37.202)
RUTO	**1.747**	**3.741**	**6.596**	**8.109**	**-**	**-**	**8.343**
S/RECEITAS OPERACIONAIS							
administrativas	-	-	-	-	(1.791)	(1.314)	(1.791)
com vendas	(1.629)	(1.977)	(57)	(222)	-	-	(1.686)
ceitas Operacionais	-	-	-	-	350	2.666	350
spesas Operacionais	-	-	-	-	(971)	(1.922)	(971)
DO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	**118**	**1.764**	**6.539**	**7.887**	**(2.412)**	**(570)**	**4.245**
financeiras	-	-	-	-	(7.738)	(9.236)	(7.738)
inanceiras	-	-	-	-	37	(86)	37
DO ANTES DOS TRIBUTOS	**118**	**1.764**	**6.539**	**7.887**	**(10.113)**	**(9.892)**	**(3.456)**
PJ correntes	-	-	-	-	-	-	-
PJ diferidos	-	-	-	-	-	-	-
DO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**118**	**1.764**	**6.539**	**7.887**	**(10.113)**	**(9.892)**	**(3.456)**
a Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	3
a Acionistas Controladores	-	-	-	-	-	-	(3.453)

NOTA 26 - RESULTADO POR AÇÃO - CONSOLIDADO

Com o objetivo de reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas, melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações, e ainda, dar maior visibilidade às cotações das ações da Companhia no mercado, através da adoção da negociação por unidade de ação, foi aprovado em Assembleia de acionistas o grupamento da totalidade das ações da Companhia, a razão de 100 (cem) ações para 1 (uma) ação, da mesma espécie e classe, nos termos do Art. 12 da Lei 6.404/76.

Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação consolidado, em milhares de reais, acumulado no período.

Quantidade de Ações em 31/03/2017	**7.100**
Resultado do exercício (consolidado)	(3.456)
Resultado por ação básico e diluído	(0,00487)

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do resultado básico e diluído por ação.

NOTA 27 - FATO RELEVANTE

Em 03 de maio de 2016 a Companhia efetuou a divulgação de Fato Relevante que tratou da suspensão das atividades da unidade de abates de aves da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, localizada na cidade de Passo Fundo, RS. Dentre outros fatores determinantes a suspensão das atividades da referida unidade, pesou o encerramento, em abril/2016, do contrato de prestação de serviço de abates de aves que a Minuano mantinha junto à outra empresa do ramo.

NOTA 28 - CONTINUIDADE OPERACIONAL

Em abril/2016 a Controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, renovou o contrato de prestação de serviço de abates de aves que mantinha junto à outra empresa do ramo. Nossa expectativa é continuarmos com os controles de custos, despesas e a otimização dos processos internos, os quais permitirão alcançar resultados operacionais necessários a equalização financeira da Companhia e suas controladas.

NOTA 29 - EVENTOS SUBSEQUENTES

27.1 Assembleia Geral Ordinária (AGO)

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2017, a Companhia elegeu seu novo Conselho de Administração, com mandato de 1 ano, sendo eleitos os membros: Chao En Ming; Antonio Carlos Rago Cano; Cynthia Christina da Silva Vello; e, Welinton Balderrama dos Reis.

Na mesma data foi efetuada a primeira reunião do novo Conselho de Administração na qual seus membros foram investidos no Conselho e aprovaram, sem votos contrários, a eleição dos conselheiros Antonio Carlos Rago Cano e

Welinton Balderrama dos Reis, como Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, respectivamente, bem como elegeram para Diretoria Executiva Estatutária da Companhia, com mandato de 1 ano, a Sra. Carla Luciane Diedrich e a Sra. Rocheli Verçosa Souza, como Diretora Presidente e Diretora de Relações com Investidores, respectivamente.

Com relação as controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A., e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, através da Assembleia Geral Ordinária igualmente realizada no dia 11 de abril de 2017, foram eleitos como Diretores Executivos Estatutários a Sra. Margareth Schacht Herrmann e a Sra. Cynthia Christina da Silva Vello, nas funções de Diretora Presidente e Diretora, respectivamente, com mandato de 1 ano.

Conselho de Administração

Antonio Carlos Rago Cano
Presidente

Welinton Balderrama dos Reis
Vice-Presidente

Chao En Ming
Conselheiro

Cynthia Christina da Silva Vello
Conselheira

Diretoria Executiva

Carla Luciane Diedrich
Diretora Presidente

Rocheli Verçosa Souza
Diretor de Relações com Investidores

Claudete Inez Eckert
Contadora - CRC/RS 58.271

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao

Conselho e Acionistas da

Minupar Participações S.A.

Lajeado - RS

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1)– Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

No ano de 2009, com a decisão do Supremo Tribunal Federal limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 05 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990, que estava registrado desde o exercício de 2006 (nota 17). O saldo de R$ 34.369 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia limitar o crédito à decisão do STF.

Considerando a necessidade de manter segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, a controlada optou por incluir os débitos cujas compensações foram realizadas com créditos apurados posteriores a 1990, nos parcelamentos instituídos pela MP 470 e pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS DA CRISE 2009). Em janeiro/2013 a controlada Companhia Minuano de Alimentos, foi formalmente excluída deste último parcelamento por inadimplência.

A Controlada, através de seus assessores jurídicos, realizou ampla discussão em processos administrativos, inclusive com a interposição, em 29/02/2012, de Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), objetivando o direito ao crédito. Em decisão proferida no dia 27/11/2013, a turma negou provimento ao referido recurso. Diante da referida decisão administrativa, que se contrapôs àquela proferida na Ação Ordinária nº 87.0001354-4, a controlada, em 12/09/2014, optou por ajuizar uma Ação Anulatória, cuja principal discussão envolve a possibilidade de comprovação das exportações através de sua escrita fiscal, bem como, por relatórios de exportação emitidos pelo Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC). A referida ação tramita na 22ª Vara Federal de Brasília sob nº 0064091.31.2014.4.01.3400.

Como consequência do assunto acima mencionado, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência das decisões judiciais que venham a decorrer por ocasião da conclusão da referida Ação Anulatória. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

A Companhia e sua controlada indireta optaram em incluir parte do passivo tributário nos Parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, bem como quitar de forma antecipada parcelamentos tributários correntes com os benefícios previstos na Lei nº 13.043/2014, sendo que a mensuração dos valores definitivos incluídos nos parcelamentos e na referida quitação antecipada encontram-se pendentes de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva dos referidos débitos fiscais. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Em 03 de maio de 2016 a Companhia efetuou a divulgação de Fato Relevante que tratou da suspensão das atividades da unidade de abates de aves, da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, localizada na cidade de Passo Fundo (RS). Dentre outros fatores determinantes a suspensão das atividades da referida unidade, pesou o encerramento, em abril/2016, do contrato de prestação de serviço de abates de aves que a Minuano mantinha junto à outra empresa do ramo.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31/03/2017 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, na geração de caixa, e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção dos parcelamentos previstos na Medida Provisória 470/2009 e na Lei nº 12.996/2014, e o gerenciamento dos passivos tributários não parcelados. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia ou de suas controladas continuarem operando. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre (RS), 05 de maio de 2017.

MICHELON AUDITORES E CONSULTORES SS

CRC-RS nº 4.626

Vicente Michelon

CRC/RS 052365/O-8

Sócio Responsável